

Actualizado a 02/03/2015, 00:58 São Filipe, 02 Mar (Inforpress) – Avaliar as vias para garantir às populações afectadas o reforço dos serviços sociais de base, consensualizar o modo de utilização da Caldeira, identificar o local do novo assentamento são definidos no fórum de reconstrução da ilha do Fogo. O fórum de dois dias que conta com alto patrocínio do Gabinete do Primeiro-ministro, tem como objectivo promover uma ampla discussão sobre o processo de recuperação dos efeitos da erupção, visando estabelecer as linhas gerais sobre as modalidades desta recuperação, e vai reunir à volta da mesma mesa representantes dos poderes Central e Local, os diversos sectores da sociedade civil, representantes da população de Chã das Caldeiras, especialistas para discutir a recuperação e minimizar os efeitos da erupção. A razão da realização do fórum, segundo a organização, é “promover uma ampla discussão sobre o processo de recuperação dos efeitos da erupção, com vista a estabelecer as linhas gerais sobre as modalidades desta recuperação de modo que as zonas afectadas e toda a Ilha venham a ficar melhor do que antes da erupção”. Neste sentido, a identificação dos principais eixos de desenvolvimento do sector agrícola (agro-pecuária e agro-industrial) das zonas altas, proporcionando pistas para o incremento do sector económico não agrícola do Fogo, como turismo, artesanato e infra-estruturas afigura-se como uma das medidas a se ter em conta. A abertura do fórum está programada para as 11:30 no auditório do Centro do Emprego e Formação Profissional e vai ser presidida pelo primeiro-ministro, José Maria Neves, e pelo presidente da Associação dos municípios do Fogo, Luís Pires. O fórum, de acordo com o programa, vai girar a volta de três grandes painéis, versando o primeiro a “prevenção de riscos e respostas a catástrofes”, com subtemas como cartografia de riscos da ilha do Fogo e capacidade de prevenção de riscos, respostas a catástrofes e recuperação dos seus efeitos, o segundo painel incide sobre as “necessidades básicas da população afecta” em que se analisa a satisfação das necessidades básicas da população deslocada como saúde, educação, água, energia, saneamento. O terceiro painel aborda a intervenção no sector económico para recuperação do Fogo, com destaque para os aspectos como a estratégia de intervenção neste sector, a reconversão do tecido produtivo agro-pecuário, da actividade do sector não agrícola (turismo), novo assentamento populacional. Os assuntos serão discutidos em grupos e na plenária e o encerramento acontece na tarde de terça-feira e sob a presidência do primeiro-ministro, antecedido das recomendações que vão nortear as decisões futuras. Relativamente ao novo assentamento populacional, depois de numa primeira abordagem a população ter indicado a zona de Cabeça Fundão como a predilecta para acolher o assentamento, neste momento há divergência sobre a sua localização com uma parte inclusive a apontar para a zona de Monte Barro, nas proximidades da cidade de São Filipe. As autoridades locais, mais precisamente de Santa Catarina do Fogo continuam a defender a localização de assentamento no município de Santa Catarina e o espaço mais privilegiado seria nas proximidades de Achada Furna, de modo a facilitar a deslocação das pessoas a Chã das Caldeiras para continuar a trabalhar os seus campos agrícolas. JRIInforpress/Fim